



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2015
(Do Sr. JULIO LOPES)

Requer a revisão de despacho inicial apostado ao PL nº 1.488/2015, da Câmara dos Deputados, para que a Comissão de Desenvolvimento Urbano aprecie sobre o mérito.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, com fulcro no art. 17, II, a, requero a Vossa Excelência a gentileza de rever o despacho inicial apostado ao PL nº 1.488/2015, de forma a incluir esta Comissão de Desenvolvimento Urbano (CDU) na análise do mérito dessa proposição.

JUSTIFICAÇÃO

O art. 32, VII, informa como campo temático da Comissão de Desenvolvimento Urbano: assuntos atinentes a urbanismo e arquitetura; **política e desenvolvimento urbano**; uso, parcelamento e ocupação do solo urbano; habitação e sistema financeiro da habitação; **transportes urbanos**; infra-estrutura urbana e saneamento ambiental;

O PL nº 1.488/2015, do Sr. Rogério Rosso, versa sobre a instalação de suporte para colocação de bicicletas nos ônibus de transporte coletivo de passageiros – “Bike Bus” e altera a Lei nº 9.504, de 23 de setembro de 1997 - Código de Trânsito Brasileiro. Abaixo colecionam-se os art. 2º e 3º do supracitado Projeto de Lei:

Art. 2º As empresas responsáveis pelo transporte público de passageiros poderão, respeitadas as normas de segurança no trânsito, instalar suporte para a colocação de bicicletas na parte traseira ou dianteira dos ônibus destinados ao transporte coletivos de passageiros.

§1º. Entende-se por “Bike Bus” os ônibus que possuem



suportes, na parte traseira ou dianteira, destinados ao transporte de bicicletas dos passageiros.

§2º Os editais expedidos após a vigência desta lei, respeitada a legislação dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, deverão conter laudo técnico especificando quais linhas serão atendidas pelo “Bike Bus”, assim como aquelas que não receberão esse serviço, de modo a preservar a segurança no trânsito, à fluidez e ao conforto, nos termos do Código de Trânsito Brasileiro.

Art. 3º O art. 108 da Lei nº 9.504, de 23 de setembro de 1997, que institui o Código de Trânsito Brasileiro, passa a vigorar acrescido de §2º, renumerando o “parágrafo único” com a seguinte redação:

“Art. 108

.....

§1º.....

.....

§2º O CONTRAN disciplinará a implantação dos suportes para colocação de bicicletas na parte dianteira ou traseira dos ônibus destinados ao transporte coletivo de passageiros – “Bike Bus”. (NR)

Como se pode verificar, a temática do supracitado Projeto de Lei, transportes urbanos, se relaciona diretamente com o campo temático desta Comissão.



CÂMARA DOS DEPUTADOS
COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

Desta forma, pedimos considerar o nosso pleito no sentido de que seja revisto o despacho da proposição, com vistas à análise do mérito desta matéria pela Comissão.

Sala da Comissão, em de de 2015.

Deputado **JULIO LOPES**
Presidente